

Inclusão e Educação 2

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-030-8

DOI 10.22533/at.ed.308191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Língua Brasileira de Sinais. 5. Braille
(Sistema de escrita). I. Machado, Danielle H. A. II. Cazini, Janaína.
III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu II volume, com 19 capítulos, apresentam estudos sobre Pessoas Cegas, Sistema Braille, Pessoas Surdas, Sistema de LIBRAS e as novas tecnologias aplicadas na educação para estimular e auxiliar o processo de ensino e aprendizagem desse público.

A Educação Inclusiva é colocada a luz da reflexão social desde 1988 com a Constituição Federal Brasileira onde garante que a educação é um direito de todos e é dever do Estado oferecer Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na Rede regular de ensino. Porém, somente em 2001 com a Resolução n2 e o Parecer n9 que se evidencia como esse processo de inclusão educacional de pessoas com deficiência deve ser feito, fomentando uma comoção em todos as esferas educacionais como o currículo escolar, formação de docentes e didática de ensino.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume II é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência visual (cego) e deficiência auditiva (surdo) trazendo artigos que abordam: experiências do ensino e aprendizagem, no âmbito escolar, desde as séries iniciais até a o ensino universitário que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente cego ou surdo.

Por fim, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores a pratica da educação inclusiva ao desenvolvimento de instrumentos metodológicos, tecnológicos, educacionais que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONCEPÇÃO DOS CEGOS SOBRE O ENSINO DO SISTEMA BRAILLE NO CONTEXTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS	
<i>Eliane Maria Dias</i>	
<i>Francileide Batista de Almeida Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915011	
CAPÍTULO 2	13
BAIXA VISÃO E A INTERDISCIPLINARIDADE NA “AMPLIAÇÃO” DOS SABERES	
<i>Eurides Bom im de Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915012	
CAPÍTULO 3	23
DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA PRÁTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS DIANTE DE ALUNOS CEGOS NA UNIVERSIDADE	
<i>Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins</i>	
<i>Luzia Guacira dos Santos Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915013	
CAPÍTULO 4	34
O ENSINO DE BIOLOGIA PARA DEFICIENTES VISUAIS DO INSTITUTO DOS CEGOS DE CAMPINA GRANDE: EXPLICANDO EMBRIOLOGIA HUMANA COM A VOZ, ARGILA E AS MÃOS	
<i>Álisson Emmanuel Franco Alves</i>	
<i>Jessica Maria Florencio de Oliveira</i>	
<i>Mayla Aracelli Araujo Dantas</i>	
<i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915014	
CAPÍTULO 5	46
EMPRESTA SUA VOZ? RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA	
<i>Martha Milene Fontenelle Carvalho</i>	
<i>George Pimentel Fernandes</i>	
<i>Maria José Chaves</i>	
<i>Ana Patrícia Silveira</i>	
<i>Luiza Valdevino Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915015	
CAPÍTULO 6	54
O OLHAR DO OUTRO SOBRE A DIFERENÇA SURDA: REPRESENTAÇÃO SOBRE OS SURDOS E A SURDEZ	
<i>Francisco Uélison da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915016	
CAPÍTULO 7	65
ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS	
<i>Francyllayans Karla da Silva Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3081915017	

CAPÍTULO 8 72

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE ESTUDANTES SURDOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Wilma Pastor de Andrade Sousa

Antonio Carlos Cardoso

Keyla Maria Santana da Silva

Lindilene Maria de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.3081915018

CAPÍTULO 9 80

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA ESCOLA REGULAR

Vanessa Nicolau Freitas dos Santos

Andreza Cristina Santos de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.3081915019

CAPÍTULO 10 90

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA: AVANÇOS E DESAFIOS

Giovana Parente Negrão

Allan Rocha Damasceno

DOI 10.22533/at.ed.30819150110

CAPÍTULO 11 104

O INTÉRPRETE DE LIBRAS NO SISTEMA EDUCACIONAL DE TERESINA – PIAUÍ

Ana Cristina de Assunção Xavier Ferreira

Camélia Sheila Soares Borges Araújo

DOI 10.22533/at.ed.30819150111

CAPÍTULO 12 119

O ENSINO HÍBRIDO COMO ALTERNATIVA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS

Rejane do Nascimento da Silva

DOI 10.22533/at.ed.30819150112

CAPÍTULO 13 125

A CONTAÇÃO, OS OUVINTES E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: INTERFACES DE UM ENSAIO INCLUSIVO

Martha Milene Fontenelle Carvalho

Francileide Batista de Almeida Vieira

DOI 10.22533/at.ed.30819150113

CAPÍTULO 14 134

FERRAMENTAS DE INCLUSÃO PARA O ENSINO DE QUÍMICA: DESENVOLVIMENTO DE DIAGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA PARA ALUNOS CEGOS E SURDOS

Laís Perpetuo Perovano

Amanda Bobbio Pontara

Ana Nery Furlan Mendes

DOI 10.22533/at.ed.30819150114

CAPÍTULO 15 145

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR: O QUE DIZEM OS PROFESSORES

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.30819150115

CAPÍTULO 16 157

TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Márcia Verônica Costa Miranda

Ruan dos Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.30819150116

CAPÍTULO 17 169

TECNOLOGIA ASSISTIVA E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONSTRUINDO UMA EDUCAÇÃO SUPERIOR INCLUSIVA

Josenilde Oliveira Pereira

Thelma Helena Costa Chahini

DOI 10.22533/at.ed.30819150117

CAPÍTULO 18 180

LÍNGUA DE SINAIS E IMPLANTE COCLEAR: O PONTO DE VISTA DE PESQUISADORES

Ana Cláudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.30819150118

CAPÍTULO 19 188

EDUCAÇÃO SOMÁTICA COMO PERSPECTIVA INCLUSIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Fábio Soares da Costa

Janete de Páscoa Rodrigues

Ana Carolina Brandão Verissimo

Andreia Mendes dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.30819150119

SOBRE AS ORGANIZADORAS 203

Francyllayans Karla da Silva Fernandes

Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ

João Pessoa - PB

RESUMO: Diante das diversas problemáticas vivenciadas pelas escolas na intenção de oferecer uma escolarização e uma aprendizagem linguística significativa para o surdo, levando em consideração que a grande maioria das medidas utilizadas direcionam cada vez mais o surdo a exclusão. O presente trabalho traz um contexto geral acerca do processo histórico da educação dos surdos, até o surgimento da proposta de escola bilíngue, dissertando sobre a importância da mesma para promoção de uma aprendizagem significativa para o surdo, com metodologias voltadas para o desenvolvimento da L1 e da L2 do surdo. Nesse sentido, buscamos com esse trabalho analisar quais os mecanismos que facilitam a implementação da escola bilíngue e quais as atitudes necessárias para que a mesma entre em funcionamento. Buscou-se embasamentos teóricos e legais que amparam a instalação da escola bilíngue, visando melhorar o acesso e a permanência dos alunos surdos no ambiente escolar. Desta forma, queremos contribuir, para o debate sobre tema. Tendo em vista a necessidade de que as escolas dialoguem verdadeiramente

com a língua de sinais, colocando a mesma em um plano usual na prática escolar, fazendo com que todos os envolvidos tenham conhecimento dela bem como compreendam o ser surdo em sua plenitude, promovendo na escola um cenário linguisticamente inclusivo, de modo que os participantes ouvintes entendam a língua de sinais, e principalmente a sua importância na vida do povo surdo, conhecendo todo o árduo processo vivido até aqui, o qual coloca o surdo como protagonista de sua aprendizagem através de sua língua natural.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Bilíngue, Surdo, Língua de Sinais.

INTRODUÇÃO

Entender a história do povo surdo e suas necessidades linguísticas é extremamente necessário para o corpo escolar, porém as escolas inclusivas em sua maioria não têm conseguido elaborar propostas que valorizem a clientela surda, uma vez que eles estão nesses espaços, mas linguisticamente estão excluídos deles. Assim, este trabalho foi escrito com o objetivo de atender as hipóteses de pesquisa criadas durante as observações dos estágios nas escolas inclusivas, nas quais surdos estavam inseridos em nível de alfabetização e

recebiam da escola a língua portuguesa como L1.

Diante dessa realidade o mesmo pretende dialogar sobre as mudanças propostas pela implantação da escola bilíngue para os surdos, tendo como base documentos legais de oficialização da LIBRAS enquanto L1 do surdo e todas as propostas educacionais que defendem a criação da escola bilíngue, analisando quais os benefícios trazidos para a clientela citada através da efetivação da mesma.

Com isso, busca-se ampliar a visão dos futuros educadores das escolas bilíngues, destacando-se as práticas metodológicas necessárias para a atuação dentro da mesma, fazendo com que o uso da LIBRAS seja constante nesse espaço educacional sendo a escola bilíngue uma quebra de paradigmas, através da verificação o processo histórico da proposta de um modelo escolar bilíngue, identificando sobretudo os benefícios da implantação da escola bilíngue para os surdos.

Queremos contribuir de maneira significativa para a efetivação da igualdade proposta pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, propondo uma reorganização do ambiente escolar com práticas educacionais que mediem de maneira efetiva e singular a aprendizagem, colocando as leis como marcos para a história da implantação das escolas bilíngues, com o intuito de valorizar a cultura de um povo que durante tantos anos foram excluídos dos mais diversos setores da sociedade por não dominarem a língua da maioria.

METODOLOGIA

Utilizar-se-á como padrão de investigação a pesquisa qualitativa sobre a implantação da proposta da escola bilíngue, buscando encontrar um fenômeno específico em sua profundidade, trabalhando com descrições, comparações e interpretações. Faremos um recorte do objeto estudado, para entendermos o processo de construção da proposta bilíngue, com detalhamento do ambiente e do sujeito.

Segundo Godoy (1995, p. 62) a pesquisa qualitativa possui as seguintes características:

- O ambiente natural ;
- O caráter descritivo;
- O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida

Preocupar-se com o contexto e aprender os significados é o que faz a pesquisa ser de natureza qualitativa e sendo essa pesquisa verificadora de um contexto social e educacional, entende-se que ela condiz com a abordagem proposta. De acordo com Amstel (2007) a pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno específico em profundidade, trabalhando com descrições, comparações e interpretações. Por isso, a pesquisa será de cunho qualitativa para encaminhar esta investigação com o intuito de verificar fatos e valores sem separá-los.

Tendo como base Andrade (1997) a pesquisa abrange leitura, análise e interpretação de forma atenta e sistemática, uma vez que esses materiais poderão servir para a fundamentação teórica. Assim, para melhor desenvolvimento do tema propostos também serão realizadas pesquisas bibliográficas, utilizando obras relativas ao histórico da elaboração da proposta das escolas bilíngues, buscando fundamentação em autores e nas Leis Federais, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, e outros trabalhos acadêmicos que tratam do objeto estudado.

RESULTADOS E DISCURSÃO

Historicamente o desejo pela implantação da escola bilíngue surge desde os mais antigos contatos entre os surdos, que em sua maioria sempre acreditaram que o seu desenvolvimento linguístico é facilitado através do contato com os seus pares desde a mais terá infância. Desta forma, muitos debates e propostas foram surgindo com o intuito de sanar essa problemática tendo como o maior e mais devastador deles o congresso em 1880 de Milão que anulou o uso da língua de sinais, por acreditar que a comunicação com as mãos atrapalha o pensamento e não ajuda na construção da aprendizagem, visto que essa pratica não usa a inteligência.

Com o passar dos anos, percebendo o fracasso do oralismo novas propostas surgiram e entre elas em meados da década de 90 tivemos aprovação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, que surgem com o objetivo de garantir a educação como um dever do estado e um direito de todos, propondo a valorização dos alunos e o reconhecimento das diferenças, enfatizando a necessidade de uma mudança estrutural e cultura dos sistemas de ensino, para que as mesmas consiga incluir e assegurar aos incluídos o acesso e a permanência atendendo as especificidades educacionais de todos os alunos.

Como marcos históricos dessa educação temos a aprovação da Lei nº 10.436/02 e ao Decreto nº 5.626/05, destacando, desses documentos, o reconhecimento legal da Libras; a inclusão da mesma nos currículos dos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia, de uma disciplina voltada ao ensino dessa língua; a formação e a certificação dos profissionais envolvidos nos processos escolares de surdos (professores, instrutores e tradutores/intérpretes); o ensino da língua portuguesa como segunda língua; e a necessidade da organização do sistema de forma a contemplar a educação bilíngue no ensino regular. O documento traça como diretrizes para essa educação:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngüe - Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola.

Com isso, muitas mudanças começaram a acontecer em muitos estados do nosso país, surgindo assim o processo de inclusão dos alunos com deficiência na sala de aula regular, alterando o modelo vigente e propondo a educação regular atitudes inclusivas. Porém, com essa intitulada “mistura” os surdos continuaram insatisfeitos ao perceberem que sua única dificuldade deles era comunicacional, pois desde criança não havia sido trabalho com eles a sua língua, analisando que essa junção mesmo com a participação do interprete de libras atrapalha o seu desenvolvimento linguístico e segrega os pares surdos, reduzindo assim o contato entre a comunidade surda dentro do ambiente escolar.

Desta forma o que motiva de maneira central nossa pesquisa é entendermos em que medida a escola bilíngue conseguira diminuir os danos linguísticos causados pela história de exclusão do povo surdo, buscando entender se esse espaço será de verdadeiramente importante para o desenvolvimento linguístico pleno desse povo, contando com professores que também comungam do mesmo pensamento

Como Oliveira (2003, p. 179) relata que:

O pensamento do professor sem desejo e sem perspectiva, presentificando num corpo sem movimento vivo, influencia uma prática pedagógica sem significado que, por sua vez, inibe os desejos e expectativas dos alunos a quem ela é dirigida, sejam ouvintes ou surdos.

Diante disso, surge assim as propostas para uma educação bilíngue voltada para construção de escolas onde a língua 1 seja a Libras e a língua 2 seja o português, um espaço próprio para os surdos, onde os ouvintes sejam incluídos para aprender a forma de comunicação dos surdos, com metodologias que objetivam o desenvolvimento linguístico e social da pessoa surda, e assim ambos surdos e ouvintes valorizem essa cultura desde a infância.

A proposta da educação bilíngue surge dentro de um quadro inclusivo cheio de falhas que deixam os surdos desprovidos de assistência em vários aspectos, principalmente por que o fator ter um interprete não habilita uma escola para incluir um surdo. Desta forma a escola bilíngue propõe uma educação que deve ser desenvolvida por intermédio de professores bilíngues, promovendo assim espaços para a escolarização inicial dos surdos usando a Libras como a língua de interlocução entre professores e alunos, sendo ela a responsável por mediar o processo de ensino e aprendizagem desde a infância na educação infantil.

A Língua de Sinais utilizada no Brasil teve sua oficialização pela lei 10.436/02, que diz em seu Art. 1º:

É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

A partir de sua oficialização a proposta bilíngue brota para requer uma reestrutura pedagógica, com matérias de apoio que tenham a Libras como língua predominante em todas as atividades escolares, desenvolvendo no surdo a apropriação, a valorização e o domínio sobre sua própria língua, garantindo uma base educacional sólida visando uma organização diferenciada também para os anos finais de ensino fundamental, médio e profissional, retirando dos tradutores e intérpretes de Libras a responsabilidade de que a presença dessa língua nos espaços de sala de aula é única e exclusivamente desses profissionais.

No que se refere a esses níveis de ensino, a educação bilíngue pode ser desenvolvida por meio de “docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005, Artigo 22, Inciso II). Embora defenda que a educação de surdos possa continuar sendo realizada em escolas bilíngues, o Decreto não exclui a possibilidade de ela ser desenvolvida em escolas da rede regular de ensino, desde que haja professores com o perfil descrito, responsabilizando os tradutores e intérpretes de Libras/ língua portuguesa por “viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas” (Artigo 21, §1º, Inciso II) e “no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino” (Artigo 21, §1º, Inciso III). Nessa definição, o Decreto reitera o posicionamento antes assumido, de que a função de tal profissional não pode ser confundida com a do professor docente (Artigo 14, §2º).

A parte escrita da língua portuguesa será compreendida e trabalhada nos espaços escolares como segunda língua, sendo ensinada também como conteúdo de complementação curricular, com uma avaliação coerente a seu papel de segunda língua. Essa estrutura leva em consideração que durante os anos em que as crianças frequentam a educação infantil, elas estão em processo de apropriação de sua primeira língua (Libras), principalmente por que a maioria das crianças surdas são filhas de ouvintes e desta forma não tem contato frequente com sua língua.

Desta forma, a proposta de uma educação bilíngue surge com o intuito de “sanar” e “salvar” os surdos dos descasos sociais e principalmente educacionais, através do ensino de sua língua, promovendo uma relação efetiva entre os pares surdos como fonte de desenvolvimento educacional, mostrando a sociedade que é possível sim aprender os mais diversos campos do conhecimento através da Libras e que para que isso torne-se realidade é preciso dar liberdade para que os surdos e ouvintes conhecedores da cultura surda desenvolvam suas metodologias para o ato de ensinar e aprender através da Libras.

CONCLUSÃO

Este trabalho resgatou conhecimentos inerentes ao processo histórico do surdo, destacando suas conquistas sociais enquanto usuário de uma língua diferente da língua dominante de seu país, mostrando como se deu a evolução linguística do surdo nos ambientes educacionais, sociais e familiares, revelando as dificuldades motivadoras para o surgimento da proposta educacional bilíngue que ainda tramita para ser oficializada em território nacional.

No mesmo, dialogamos sobre quais os mecanismos necessários para implantação da educação bilíngue, destacando a importância do desenvolvimento da L1 do surdo através do contato desde a educação infantil com professores bilíngues que utilizem a língua de sinais em suas comunicações de modo natural, sendo um modelo para os discentes que adquirindo a L1 prematuramente terão mais possibilidades de adquirir a L2.

Assim, mostramos finalmente quais os reais anseios do povo surdo com a escola bilíngue, deixando claro que o fator incluir os surdos em salas de aulas regulares acompanhados de intérpretes não satisfaz o campo da aprendizagem significativa dos surdos, pois esse processo de transmissão, acomodação e retransmissão pode deixar falhas irreparáveis e não desenvolve no ambiente escolar uma comunicação direta entre os surdos e os ouvintes principalmente entre os professores os surdos.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais** - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em 10/06/2016

_____. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>.

Acesso em: 27/06/2016

_____. Lei 5.016 de 11 de janeiro de 2013. **Estabelece diretrizes e parâmetros para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais voltadas à educação bilíngue para surdos**. 125º da República e 53º de Brasília, DF. Disponível em: file:///C:/Users/eu/Downloads/LD_%205.016_DIRETRIZES_POL_PUBLICA%20EDUCACAO_BLINGUE_SURDOS.pdf. Acesso em: 16/06/2016

CAVALCANTE, Wanilda Maria Alves. **Fundamentos da Educação Surda**.

Disponível em: <http://portal.virtual.ufpb.br/bibliotecavirtual/files/fundamentos_da_educacao_de_surdos_1354884.pdf>. Acesso em: 14/ 06/ 2014.

CHAGAS. Angela. **Dez anos após lei de Libras, escola bilíngue tenta incluir surdos**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/dez-anos-apos-lei-escola-bilingue-vira-alternativa-para-incluir-surdos,f4f942ba7d2da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD>> Acesso em: 24/05/2016

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de Sinais Constituinte o Surdo como sujeito**. Educ. Soc. Campinas, Vol.26. P. 583-597, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a14v2691>>. Acesso em: 30/ 06/ 2016.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e Bilinguismo**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012, 104 pg.

LODI, Ana Claudia Balieiro. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100004> Acesso em 29/06/2016.

MASSONE, M. I. 1993. **O linguista ouvinte frente a uma comunidade surda e ágrafa: Metodologia da investigação**. In: M. C. MOURA; A. C. B. LODI & M. C. da C. PEREIRA. Orgs. *Língua de Sinais e Educação do Surdo*. Série de Neuropsicologia, vol. 3. São Paulo: Tec Art, 72-93

VAN AMSTEL, F. **Como fazer uma pesquisa qualitativa**. Disponível em: <http://usabilidoido.com.br/como_fazer_uma_pesquisa_qualitativa.html> Acesso em: 07/06/2016

VIEIRA, Claudia Regina. **Educação de surdos: problematizando a questão bilíngue no contexto da escola**. Piracicaba, SP. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/03062013_143807_claudiadissertacao.pdp> Acesso em: 13/06/2016

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-030-8

